

# Diário do Legislativo de 04/02/1999

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adatao - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

2 - LEI

3 - DELIBERAÇÕES DA MESA

4 - ATAS

4.1 - Reunião de Comissões

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATAS

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO  
MANDATO PARLAMENTAR

Adelino Carvalho Lino (PMN)

\* Adelino de Carvalho

Adelmo Carneiro Leão (PT)

\* Adelmo Carneiro Leão

Agostinho Fernandes da Silveira (PL)

\* Agostinho Silveira

Agostinho Patrús (PSDB)

\* Agostinho Patrús

Ailton Paranaíba Vilela (PSDB)

\* Ailton Vilela

Alberto Pinto Coelho Júnior (PPB)

\* Alberto Pinto Coelho

Aldimar Dimas Rodrigues (PPB)

\* Dimas Rodrigues

Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)

\* Alencar da Silveira Júnior

Álvaro Antônio Teixeira Dias (PDT)

\* Álvaro Antônio

Ambrósio Pinto (PTB)

\* Ambrósio Pinto

Amilcar Vianna Martins Filho (PSDB)

\* Amilcar Martins

Anderson Aduino Pereira (PMDB)

\* Anderson Aduino

Antônio Carlos Doorgal de Andrada (PSDB)

\* Antônio Carlos Andrada

Antônio Eustáquio Andrade Ferreira (PMDB)

\* Antônio Andrade

Antônio Genaro Oliveira (PPB)

\* Antônio Genaro

Antônio Júlio de Faria (PMDB)

\* Antônio Júlio

Antônio Roberto Lopes de Carvalho (PMDB)

\* Antônio Roberto

Arlen de Paulo Santiago Filho (PTB)

\* Arlen Santiago

Benedito Rubens Renó Bené Guedes (PDT)

\* Bené Guedes

Carlos Alberto Bejani (PFL)

\* Alberto Bejani

Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PSDB)

\* Carlos Pimenta

César de Mesquita (PMDB)

\* César de Mesquita

Christiano Augusto Bicalho Canêdo (PTB)

\* Christiano Canêdo

Dalmo Roberto Ribeiro Silva (PSD)

\* Dalmo Ribeiro Silva

Dilzon Luiz de Melo (PTB)

\* Dilzon Melo

Dinis Antônio Pinheiro (PSD)

\* Dinis Pinheiro

Djalma Florêncio Diniz (PFL)

\* Djalma Diniz

Durval Ângelo Andrade (PT)

\* Durval Ângelo

Edson Rezende Moraes (PSB)

\* Edson Rezende

Eduardo Daladier Pereira (PDT)

\* Eduardo Daladier

Eduardo Dias Hermeto Filho (PSB)

\* Eduardo Hermeto

Eduardo Gustavo Farnese Brandão (PMN)

\* Eduardo Brandão

Elaine Matozinhos Ribeiro Gonçalves (PSB)

\* Elaine Matozinhos

Elbe Figueiredo Brandão Santiago (PSDB)

\* Elbe Brandão

Elmo Braz Soares (PPB)

\* Elmo Braz

Ermano Batista Filho (PSDB)

\* Ermano Batista

Fábio Lúcio Rodrigues Avelar (PSDB)

\* Fábio Avelar

Francisco Rafael Gonçalves (PSB)

\* Francisco Rafael

George Hilton dos Santos Cecílio (PST)

\* George Hilton

Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes (PPB)

\* Gil Pereira

Glycon Terra Pinto (PPB)

\* Glycon Terra Pinto

Hely Tarquínio (PSDB)

\* Hely Tarquínio

Irani Vieira Barbosa (PSD)

\* Irani Barbosa

Ivo José da Silva (PT)

\* Ivo José

João Batista de Oliveira (PDT)

\* João Batista de Oliveira

João Leite da Silva Neto (PSDB)

\* João Leite

João Paulo Gomes da Silva (PSD)

\* João Paulo

João Pinto Ribeiro (PTB)

\* João Pinto Ribeiro

Jorge Eduardo Vieira de Oliveira (PMDB)

\* Jorge Eduardo de Oliveira

José Alves Viana (PDT)

\* José Alves Viana

José Castro Braga (PDT)

\* José Braga

José Henrique Lisboa Rosa (PMDB)

\* José Henrique

José Miguel Martini (PSN)

\* Miguel Martini

José Milton de Carvalho Rocha (PMN)

\* José Milton

Luiz Fernando Ramos Faria (PPB)

\* Luiz Fernando

Luiz Menezes (PPS)

\* Luiz Menezes

Marcelo Jerônimo Gonçalves (PDT)

\* Marcelo Gonçalves

Márcio Luiz da Silva Cunha (PMDB)

\* Márcio Cunha

Márcio Luiz Murta Kangussu (PSDB)

\* Márcio Kangussu

Marco Régis de Almeida Lima (PPS)

\* Marco Régis

Maria José Haueisen Freire (PT)

\* Maria José Haueisen

Maria Olívia de Castro e Oliveira (PSDB)

\* Maria Olívia

Maria Tereza Lara (PT)

\* Maria Tereza Lara

Mauri José Torres Duarte (PSDB)

\* Mauri Torres

Mauro Lobo Martins Júnior (PSDB)

\* Mauro Lobo

Newton de Moraes (PL)

\* Newton de Moraes

Olavo Bilac Pinto Neto (PFL)

\* Bilac Pinto

Olinto Dias Godinho (PTB)

\* Olinto Godinho

Paulo César de Carvalho Pettersen (PMDB)

\* Paulo Pettersen

Paulo Piau Nogueira (PFL)

\* Paulo Piau

Rêmolo Aloise (PFL)

\* Rêmolo Aloise

Rogério Correia de Moura Baptista ((PT)

\* Rogério Correia

Ronaldo Canabrava (PSC)

\* Ronaldo Canabrava

Sebastião Costa da Silva (PFL)

\* Sebastião Costa

Sebastião Navarro Vieira Filho (PFL)

\* Sebastião Navarro Vieira

Wanderley Geraldo de Ávila (PSDB)

\* Wanderley Ávila

Washington Fernando Rodrigues (PL)

\* Washington Rodrigues

Em 3/2/99

Observação: nome parlamentar indicado por asterisco.

Republicada em virtude do disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno.

LEI

LEI Nº 13.200, de 3 de fevereiro de 1999.

Dispõe sobre a remuneração do Governador do Estado, do Vice-Governador, de Secretário de Estado, de Secretário Adjunto e dos membros da Assembléia Legislativa.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do art. 70, § 8º, da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - A remuneração mensal do Governador do Estado, do Vice-Governador, de Secretário de Estado e de Secretário Adjunto, bem como a dos membros da Assembléia Legislativa, a partir de janeiro de 1999, obedecerão ao disposto, respectivamente, nas Resoluções nºs 5.180, de 29 de dezembro de 1997, e 5.154, de 30 de dezembro de 1994, até que sejam fixados os subsídios em conformidade com o disposto nos arts. 37, X e XI, e 29, § 4º, da Constituição da República.

Art. 2º - Ficam mantidos os serviços assegurados na data desta lei aos membros dos Poderes e os valores indenizatórios dos serviços não prestados pela respectiva administração, necessários ao desempenho da representação, segundo sua natureza e abrangência.

§ 1º - O disposto no "caput" deste artigo aplica-se, no que couber, ao Vice-Governador e aos Secretários de Estado, de acordo com as peculiaridades do exercício de seus mandatos e atividades.

§ 2º - Regulamento de cada Poder disporá, dentro dos limites orçamentários, sobre a prestação dos serviços de que trata este artigo e a indenização dos respectivos custos, segundo os princípios da economicidade e da eficiência da gestão operacional, financeira e patrimonial.

§ 3º - A execução do disposto neste artigo não implicará aumento de despesa.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 3 de fevereiro de 1999.

Deputado Anderson Adauto - Presidente

Deputado Dilzon Melo - 1º-Secretário

## Deputado Gil Pereira - 2º-Secretário

### DELIBERAÇÕES DA MESA

#### DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.660

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, combinada com o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a estrutura do gabinete do Deputado Amilcar Martins, a vigorar a partir de 4/2/99:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete I - 8h	AL-40
Técnico Executivo de Gabinete - 8h	AL-39
Supervisor de Gabinete - 8h	AL-25
Supervisor de Gabinete - 4h	AL-25
Assistente de Gabinete - 4h	AL-23
Secretário de Gabinete II - 4h	AL-20
Secretário de Gabinete II - 4h	AL-20
Secretário de Gabinete II - 4h	AL-20
Secretário de Gabinete II - 4h	AL-20

Secretário de Gabinete - 8h	AL-18
Secretário de Gabinete - 8h	AL-18
Auxiliar de Gabinete II - 8h	AL-15
Auxiliar de Gabinete I - 4h	AL-14
Auxiliar de Gabinete - 4h	AL-13
Auxiliar de Serviços de Gabinete II - 4h	AL-12
Motorista - 8h	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8h	AL-07
Agente de Serviços de Gabinete I - 4h	AL-02

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 3 de fevereiro de 1999.

Anderson Aduino, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

#### DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.661

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, combinada com o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a estrutura do gabinete do Deputado Eduardo Deladier, a vigorar a partir de 4/2/99:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete - 8h	AL-39
Assistente Técnico de Gabinete II - 8h	AL-31
Assistente Técnico de Gabinete II - 8h	AL-31
Secretário de Gabinete II - 8h	AL-20
Secretário de Gabinete II - 8h	AL-20
Secretário de Gabinete I - 8h	AL-19
Secretário de Gabinete I - 8h	AL-19
Secretário de Gabinete - 8h	AL-18
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8h	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8h	AL-10
Motorista - 8h	AL-10
Atendente de Gabinete II - 4h	AL-07

Atendente de Gabinete II - 8h	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8h	AL-07
Atendente de Gabinete - 8h	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete I - 4h	AL-02

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 3 de fevereiro de 1999.

Anderson Aduato, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

#### DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.662

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, combinada com o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a estrutura do gabinete do Deputado César de Mesquita, a vigorar a partir de 4/2/99:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete I - 8h	AL-40
Secretário de Gabinete - 8h	AL-18
Secretário de Gabinete - 8h	AL-18
Secretário de Gabinete - 8h	AL-18
Auxiliar de Gabinete II - 8h	AL-15
Auxiliar de Gabinete II - 8h	AL-15
Auxiliar de Gabinete II - 8h	AL-15
Auxiliar de Gabinete II - 8h	AL-15
Auxiliar de Gabinete II - 8h	AL-15
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8h	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8h	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8h	AL-10
Motorista - 8h	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8h	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8h	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8h	AL-07
Agente de Serviços de Gabinete II - 8h	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8h	AL-03

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 3 de fevereiro de 1999.

Anderson Aauto, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.663

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, combinada com o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a estrutura do gabinete do Deputado José Henrique, a vigorar a partir de 4/2/99:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo Gabinete II - 8h	AL-41
Assistente Técnico de Gabinete - 8h	AL-29
Secretário de Gabinete II - 8h	AL-20
Secretário de Gabinete II - 8h	AL-20
Secretário de Gabinete I - 8h	AL-19
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8h	AL-10
Motorista - 8h	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8h	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8h	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8h	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8h	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8h	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8h	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8h	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8h	AL-07
Atendente de Gabinete - 8h	AL-05
Atendente de Gabinete - 8h	AL-05
Atendente de Gabinete - 8h	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete I - 4h	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete I - 4h	AL-02

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 3 de fevereiro de 1999.

Anderson Aauto, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

ATAS

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e sete de junho de mil novecentos e noventa e seis, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marco Régis, Jorge Eduardo de Oliveira, Luiz Antônio Zanto e Jorge Hannas, membros da Comissão de Saúde e Ação Social; Marcos Helênio, Dinis Pinheiro e Luiz Antônio Zanto, membros da Comissão de Defesa do Consumidor. Encontra-se presente, também, o Deputado Hely Tarquínio. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marcos Helênio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Antônio Zanto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A seguir, o Presidente informa que a reunião se destina a ouvir os seguintes convidados: Srs. Sara Heitor, Nutricionista da Secretaria de Promoção Humana do Município de Frutal; Ricardo Sales Costa, Auditor do Conselho Regional de Nutrição; Maria do Carmo Gouveia Pelúzio, Chefe do Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Viçosa; Flávia Pessoa Borges de Carvalho, Chefe do Serviço de Vigilância Nutricional e Alimentos; Adriana Veiga Aranha, Diretora do Departamento de Defesa e Promoção de Consumo Alimentar da Secretaria de Abastecimento Municipal de Belo Horizonte; Marco Aurélio Resende, Presidente do Conselho Regional de Nutrição do Estado do Rio de Janeiro, e Denise Alves, do Conselho Regional de Nutrição do Rio de Janeiro, com a finalidade de discutirem o Projeto de Lei nº 718/96, do Deputado Luiz Antônio Zanto, que dispõe sobre medidas a serem adotadas pelo Estado para melhorar as condições nutricionais da população. O Deputado Marcos Helênio, antes de se ausentar da reunião, passa a direção dos trabalhos ao Deputado Jorge Hannas. Ato contínuo, a Presidência passa a palavra à Sra. Sara Heitor, que faz sua exposição, usando projeções de "slides" e de transparências. Após as explanações de todos os demais convidados, participam dos debates todos os parlamentares, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares e suspende a reunião por 10 minutos, para a lavratura da ata. Reabertos os trabalhos, o Presidente solicita ao Deputado Luiz Antônio Zanto que proceda à leitura da ata. O Deputado Marcos Helênio solicita dispensa da leitura, o que é aprovado pela Comissão. Nada mais havendo a ser tratado, a Presidência agradece a presença dos Deputados e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de junho de 1996.

Marcos Helênio, Presidente - Marco Régis - Jorge Eduardo de Oliveira - Luiz Antônio Zanto - Jorge Hannas - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio.

#### ATA DA 10ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de constituição e justiça, de saúde e ação social e de fiscalização financeira e orçamentária

Às quinze horas e trinta minutos do dia oito de outubro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Hely Tarquínio, Antônio Júlio, Arnaldo Penna e Antônio Genaro, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Jorge Eduardo de Oliveira, Carlos Pimenta, Wilson Pires e Adelmano Carneiro Leão, membros da Comissão de Saúde e Ação Social; Antônio Roberto, Adelmano Carneiro Leão, Wilson Pires e Péricles Ferreira, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Hely Tarquínio que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar o Projeto de Lei nº 1.419/97, do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóvel à Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte e extingue a Fundação Instituto do Coração de Minas Gerais - CARDIOMINAS. A Presidência informa que, nos termos do art. 135, § 1º, do Regimento Interno, foram designados relatores do referido projeto, respectivamente, pelas Comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e Ação Social e de Fiscalização Financeira e Orçamentária os Deputados Hely Tarquínio, Wilson Pires e Paulo Pettersen. O Presidente indaga ao Deputado Hely Tarquínio se está em condições de emitir o parecer sobre a preliminar. O relator faz a leitura do seu parecer, no qual conclui pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade da matéria. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. A seguir, a Presidência indaga ao Deputado Wilson Pires se está em condições de emitir o seu parecer. O relator procede à leitura do parecer, o qual conclui pela aprovação do projeto. Nesse interím, o Deputado Adelmano Carneiro Leão pede a palavra e apresenta requerimento no qual solicita sejam convidados representantes do SINDSAÚDE, da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, da Secretaria da Saúde, do Conselho Estadual de Saúde, do Conselho Municipal de Saúde, do Ministério Público, do IPSEMG, da Santa Casa e do Tribunal de Contas para subsidiar a discussão do Projeto de Lei nº 1.419/97. Colocado em votação, após ser feito o seu encaminhamento pelos Deputados Adelmano Carneiro Leão, Wilson Pires, Hely Tarquínio, Arnaldo Penna, Carlos Pimenta e Anderson Aduato, é o requerimento aprovado. O Deputado Adelmano Carneiro Leão solicita vista do parecer, a qual é concedida pelo Presidente. O Deputado Arnaldo Penna, na oportunidade, solicita que seja distribuído avulso do parecer da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. O Presidente solicita à assessoria que providencie as cópias e as distribua aos membros das Comissões. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e convoca os membros das Comissões para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada no dia 15/10/97, às 14h30min, no Plenarinho IV. Não havendo "quorum" para a continuação da reunião, o Presidente determina que se lave a ata, que, lida, é subscrita pelos membros presentes, e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 1997.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Hely Tarquínio - Antônio Júlio - Arnaldo Penna - Antônio Genaro - Carlos Pimenta - Wilson Pires - Adelmano Carneiro Leão - Antônio Roberto - Péricles Ferreira.

#### ATA DA 2ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de direitos e garantias fundamentais e de educação, cultura, desporto e turismo e lazer

Às nove horas e trinta minutos do dia trinta de outubro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Durval Ângelo e José Henrique (substituindo este ao Deputado Ivair Nogueira, por indicação da Liderança do Bloco Democrático Trabalhista), membros da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais; José Maria Barros, José Henrique, Gilmar Machado e Sebastião Navarro Vieira, membros da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado José Maria Barros, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Gilmar Machado que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência informa que a reunião tem por objetivo a apreciação dos Pareceres para 1º Turno do Projeto de Lei nº 1.237/97, de autoria das Comissões de Direitos e Garantias Fundamentais e de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer, que inclui conteúdos relacionados com o tema direitos humanos nos currículos escolares. Foram, anteriormente, designados relatores os Deputados Ivair Nogueira, no âmbito da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, e Sebastião Navarro Vieira, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer. Em virtude da ausência do Deputado Ivair Nogueira, a Presidência redistribui a matéria ao Deputado João Leite. Logo após, passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia. Com a palavra, o Deputado João Leite emite parecer pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2. A seguir, o Deputado Sebastião Navarro Vieira emite parecer pela aprovação do projeto, no 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais. Colocados em discussão e votação, cada um por sua vez, são os pareceres aprovados por unanimidade. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos deputados, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 1997.

José Maria Barros, Presidente - Durval Ângelo - João Leite - Gilmar Machado - José Henrique - Sebastião Navarro Vieira.

#### ATA DA 3ª REUNIÃO Conjunta das comissões de direitos humanos e de fiscalização financeira e orçamentária

Às nove horas e cinquenta minutos do dia dezoito de dezembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Ivair Nogueira, João Batista de Oliveira, Miguel Martini e Gilmar Machado (substituindo este ao Deputado Durval Ângelo, por indicação da Liderança do PT), membros da Comissão de Direitos Humanos; Gilmar Machado, Miguel Martini, José Henrique e Ivair Nogueira (substituindo os dois últimos, respectivamente, aos Deputados Antônio Roberto e José Braga, por indicação da Liderança do PMDB e PDT), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o Presidente Deputado Miguel Martini, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado João Leite que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir informa que a reunião se destina a apreciar o parecer da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária sobre o Projeto de Lei nº 1.392/97, no 1º turno. Passa-se à 1ª fase da Ordem do Dia. A Presidência informa que foi distribuído avulso do parecer na reunião anterior. Submetido a discussão, é aprovado o parecer pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 1997.

Miguel Martini, Presidente - João Leite - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - Gilmar Machado.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 47/97

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia dezoito de março de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Wilson Pires, Ambrósio

Pinto e Antônio Andrade, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Wilson Pires, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Ambrósio Pinto que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, o Presidente informa que a reunião se destina a apreciar o Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 47/97. Ato contínuo, o relator, Deputado Ambrósio Pinto, procede à leitura de seu parecer, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria com a Emenda nº 1. Colocado em discussão e votação, é aprovado o parecer, por três votos a favor. A Presidência suspende a reunião por 10 minutos, para que se proceda à lavratura da ata. Reabertos os trabalhos, a ata é lida, aprovada e subscrita pelos membros presentes. Cumprida a finalidade da reunião e nada mais havendo a ser tratado, o Presidente agradece a presença dos parlamentares e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de março de 1998.

Wilson Pires, Presidente - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO Conjunta das comissões de defesa do consumidor e de transporte, comunicação e obras públicas

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e oito de abril de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Geraldo Nascimento, Ambrósio Pinto, Marcos Helênio e Tarcísio Henriques (substituindo estes dois últimos aos Deputados Antônio Andrade e João Leite, por indicação da Liderança do Bloco Parlamentar de Oposição e do PSDB, respectivamente), membros da Comissão de Defesa do Consumidor, e Bilac Pinto, Tarcísio Henriques e Ambrósio Pinto (substituindo estes dois últimos aos Deputados Ailton Viela e Paulo Schettino, por indicação das Lideranças do PSDB e do PTB, respectivamente), membros da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Geraldo Nascimento, declara abertos os trabalhos, informa que não há ata a ser lida por ser esta a primeira reunião destas Comissões. Informa, ainda que a reunião se destina a obter informações sobre a política tarifária dos transportes coletivos urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A Presidência registra a presença dos convidados: Srs. Osias Baptista, Diretor de Transportes, representando o Diretor-Geral do DER-MG; Ricardo Mendanha Ladeira, Diretor de Transportes Públicos, representando o Diretor-Presidente do BHTRANS; e Roberto de Melo Pinheiro, Presidente da Assembléia Metropolitana da RMBH - AMBEL. Registra-se, ainda, a presença dos Srs. Marcos Márcio Ferreira e Ivone Carneiro Barcelos Diniz, do DER-MG; e Genesco Aparecido de Oliveira Júnior e Valder Neidson Gomes da AMBEL. A Presidência justifica a ausência do Deputado Ivo José, autor do requerimento que motivou esta reunião, faz suas considerações iniciais e concede a palavra a cada um dos convidados. Após explanações e já sob a Presidência do Deputado Álvaro Antônio, a Comissão decide que promoverá nova reunião conjunta destas Comissões com a finalidade de se aprofundarem as discussões sobre o tema em debate. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e convidados, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de abril de 1998.

Geraldo Nascimento, Presidente - Ambrósio Pinto - Marcos Helênio - Tarcísio Henriques - Bilac Pinto.

#### ATA DA 2ª REUNIÃO Conjunta das comissões de direitos humanos e de política agropecuária e agroindustrial

Às dezesseis horas do dia vinte e quatro de junho de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite e Adelmo Carneiro Leão ( substituindo este ao Deputado Durval Ângelo, por indicação da Liderança do PT), membros da Comissão de Direitos Humanos; e Paulo Piau, Antônio Roberto e Marcos Helênio ( substituindo estes aos Deputados Antônio Andrade e Maria José Hauelsen, respectivamente, por indicação das Lideranças do PMDB e do PT), membros da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial. Conforme o disposto no art. 125 § 3º, o Presidente, Deputado Paulo Piau, declara aberta a reunião e, em seguida, procede à leitura da ata da reunião anterior e a dá por aprovada. A seguir informa que a reunião se destina a ouvir os Srs. Eduardo Nascimento, Assessor da FETAEMG; Marcos de Abreu e Silva, Consultor Parlamentar da FAEMG; Ivan Barbosa, Procurador do INCRA; e Aluizio Fantini Valério, Presidente da RURALMINAS, que irão discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 30/96, que altera o inciso XXXIV do art. 62 e o art. 247 da Constituição do Estado, que dispõe sobre alienação e concessão de terra pública e terra devoluta. O Presidente registra a presença do Srs. James Ladeia, Secretário de Estado do Trabalho e Assessor do Governador para Reforma Agrária; Rui da Mata, Prefeito de Conquista; e José Divino Moreira Souza e Marlene Ferreira Martins, integrantes do MST, a quem convida para tomarem assento à mesa juntamente com os expositores. Em seguida, o Presidente, autor do requerimento que suscitou esta reunião tece suas considerações iniciais. Após a exposição dos convidados, passa-se à fase de debates, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de junho de 1998.

Paulo Piau, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - João Leite - Marcos Helênio - Antônio Roberto.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da comissão especial para emitir parecer sobre o veto total à proposição de Lei nº 13.746

Às quinze horas do dia vinte e cinco de agosto de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados José Maria Barros, Wilson Trópia (substituindo este ao Deputado Sebastião Navarro Vieira, por indicação da Liderança do PFL) e Maria José Hauelsen, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado José Maria Barros, declara abertos os trabalhos e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria José Hauelsen, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos parlamentares presentes. Em seguida, o Presidente informa que a reunião se destina a apreciar o Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 13.746 e, na ausência do relator anteriormente designado, redistribui a matéria ao Deputado Wilson Trópia, a quem indaga se está em condições de emitir seu parecer. Este, com a palavra, emite o parecer que conclui pela manutenção do veto. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. O Presidente suspende os trabalhos para lavratura da ata da reunião. Reabertos os trabalhos e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wilson Trópia, o Presidente dispensa a leitura da ata da reunião, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos parlamentares presentes. Cumprida a finalidade da Comissão Especial, o Presidente agradece a presença dos Deputados e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 1998.

José Maria Barros, Presidente - Wilson Trópia - Maria José Hauelsen.

#### ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54/98

Às dez horas e trinta minutos do dia nove de dezembro de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Navarro Vieira, Ajalmar Silva (substituindo o Deputado José Militão, por indicação da Liderança do PSDB) e Maria José Hauelsen (substituindo o Deputado Gilmar Machado, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Navarro Vieira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ajalmar Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos parlamentares presentes. A seguir informa que a reunião se destina a apreciar o Parecer para o 2º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 54/98 e, na ausência do relator anteriormente designado, redistribui a matéria à Deputada Maria José Hauelsen. Esta, com a palavra, emite parecer que conclui pela aprovação da matéria na forma do vencido no 1º turno. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. A seguir, o Presidente suspende a reunião para a lavratura da ata. Reabertos os trabalhos e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria José Hauelsen, dispensa a leitura da ata da reunião, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos parlamentares presentes. Cumprida a finalidade da Comissão Especial, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 1998.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente - Ajalmar Silva - Maria José Hauelsen.

Às nove horas e trinta minutos do dia dez de dezembro de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jorge Eduardo de Oliveira, Carlos Pimenta, Rêmoló Aloise, Wilson Pires e Adelmo Carneiro Leão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rêmoló Aloise, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. Prosseguindo, o Presidente passa à discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. A Presidência submete a discussão e votação o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.686/98, que é aprovado. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir os seguintes convidados: Sr. George Alves de Almeida, Coordenador Estadual de Zoonose da Secretaria da Saúde; Sra. Mônica Aparecida Costa, representante do Secretário Municipal de Saúde, e Sr. Frederico Carlos de Carvalho, Coordenador da Fundação Nacional de Saúde em Minas Gerais, que prestarão esclarecimentos sobre o problema da dengue no Estado e na Capital, assim como sobre as providências que estão sendo adotadas para evitar novo surto da doença. Participam dos debates todos os convidados e parlamentares presentes. A Presidência suspende a reunião por 10 minutos para que se lave esta ata, que, após ser lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Reaberta a reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 1998.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Carlos Pimenta - Rêmoló Aloise - Wilson Pires - Adelmo Carneiro Leão.

#### ATA DA 17ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Às quatorze horas e quinze minutos do dia dezoito de dezembro de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite e Durval Ângelo, membros da supracitada Comissão. Nos termos do art. 125, § 3º, do Regimento Interno, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e informa que ela se destina a ouvir o Sr. James Cavallaro, representante da Human Rights Watch, que irá apresentar relatório concernente ao sistema carcerário brasileiro. Após, a Presidência registra a presença dos Srs. José Roberto Gonçalves Rezende, Ouvidor da Polícia de Minas Gerais; Charles Siqueira, Assessor I da Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de Belo Horizonte; Fábio Alves dos Santos, Vice-Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos e representante da Pastoral Carcerária; Luiz Chaves, Assessor Jurídico do CIMI; e das Sras. Maria Caiafa, Coordenadora de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de Belo Horizonte, e Heloisa Greco, do Movimento Tortura Nunca Mais. Prosseguindo, a Presidência passa a palavra aos convidados, que discorrem sobre o assunto em pauta. Passa-se à fase de debates, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e parlamentares presentes, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 1998.

João Leite, Presidente - Durval Ângelo - Ivair Nogueira.

#### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

##### 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 13ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 28/1/99

O Deputado Alencar da Silveira Júnior\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros das galerias que nos visitam hoje, colegas da imprensa, telespectadores da TV Assembléia, para cuja criação tive a grata satisfação de trabalhar, TV essa que nos acompanha e que dá condição a todo mineiro de fiscalizar os trabalhos desta Casa, principalmente os de Plenário, e também de acompanhar a atuação dos Deputados.

Na última reunião ordinária desta legislatura, Sr. Presidente, ocupo esta tribuna para, em primeiro lugar, agradecer a Deus por nos ter iluminado e nos dado condição de fazer um trabalho sério dentro desta Casa. Brincamos muito, mas nos momentos necessários temos uma conduta séria. É preciso levarmos a vida sorrindo, tentando amenizar o sofrimento de cada um, tentando compartilhar da amizade de todos.

Gostaria também de agradecer aos companheiros que estão nos deixando. Quero agradecer aos meus companheiros de partido, como o Deputado Ibrahim Jacob, que é um Deputado brilhante, experiente, e que, durante todo esse tempo, atuando na Bancada do PDT, nos legou sabedoria e seriedade.

Gostaria de agradecer ao Deputado Raul Lima Neto, da nossa bancada, que deixa o PTB, com toda sua sabedoria, reverência, com sua conduta séria, honesta e grandiosa, sabedor que é das questões e problemas da nossa Minas Gerais. Assim, dentro da Bancada do PDT, nos ensinou muito por meio do seu discurso franco, aberto, pois tem o dom e a sabedoria da palavra. Ninguém, dentro desta Casa, pode se esquecer do grande orador que é o companheiro Raul Lima Neto, com quem tive o privilégio de viver na Câmara Municipal de Belo Horizonte, quando fomos vereadores.

Deputado Raul Lima Neto, nesta Casa ficará, além de um pedaço de V. Exa., o brilhantismo do seu trabalho, pois, para conseguir defender sua posição, V. Exa. move até montanhas.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte)\* - Deputado Alencar da Silveira Júnior, fico muito honrado por ser elogiado por um parlamentar mineiro e por me despedir deste parlamento. V. Exa. é um parlamentar do PDT, partido do qual fiz parte. No entanto, diante da imprensa, da opinião pública e, talvez, até mesmo diante de S. Exa., o Governador, e de alguns jornalistas, especialmente aqueles do CEPO, que insistem em interpretar como querem as minhas palavras, fica parecendo que a minha atitude sempre foi volúvel, por mudar muito de partido. No entanto, V. Exa. sabe que não. Eu pertencia ao PMN, mas tive de sair, depois de conversar com o Celso Brant, porque era exacerbada a filosofia nacionalista, que ultrapassava toda a condição de conceder ao nosso País a modernidade, não havia espaço para o diálogo. Tive de sair do PTB por uma série de motivos seriíssimos, que V. Exa. conhece. Naquela época, tivemos até denúncias. Sabia que não seria eleito, porque a parcela do segmento batista que vota em mim não é a mesma que vota no João Leite, que é uma parcela mais popular, como a parcela mais intelectual que vota no Gilmar Machado. Tive de sair do PDT, porque eu só poderia encaminhar ou discutir qualquer projeto com a anuência da liderança do partido.

Naquela época eu já havia aberto oposição sistemática ao Governo Azeredo, recusando-me a receber todas as verbas de subvenções, ambulâncias, porque eu entendia que era uma forma de barganha. E o PDT, pela sua liderança, tolhia-me de usar a palavra, direito este me concedido pelo Regimento Interno. Fiz então um juramento, V. Exa. é testemunha, de que após a eleição eu sairia do PDT. Tinha que cumprir. Sendo eleito ou não sairia imediatamente. Entretanto, o companheirismo, a amizade de V. Exas., a vocação que percebo em cada um dos senhores jamais serão esquecidos, Alencar. Saiba que você tem um amigo que agradece por ser citado em seu discurso.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, completando, graças a Deus sou político há 12 anos e não tenho um inimigo. Hoje, nesta última reunião ordinária, sinto por aqueles que vão nos deixar e vejo também horizontes novos naqueles que estão chegando. Deputado Raul Lima Neto, que Deus ilumine seus caminhos. Deputado Ibrahim Jacob, que Deus ilumine seus caminhos, com toda sua sabedoria e sua conduta séria que teve dentro desta Casa. Aqui também posso citar outros companheiros que irão nos deixar: Companheiro Ramalho, sempre um grande amigo; companheiro Wilson Trópia, com sua sabedoria; companheiro Arnaldo Penna, grande professor, grande amigo; Sebastião Helvécio, que também nos deixa; amigos do PT que nos deixam nessa legislatura. Tenho certeza de que a vida é curta, ou melhor, a vida é longa, e uma hora ainda vamos nos encontrar. Nós que temos o ideal de servir, que trabalhamos para servir a todos os mineiros, porque foi com esse propósito que entramos na política, uma hora ou outra estaremos nos encontrando. Fica aqui também o trabalho deste Deputado e seu gabinete aberto para esse convívio. Estaremos sempre de portas abertas para receber todos os senhores. Coloco-me à disposição de todos os amigos. Quatro anos de convívio não são quatro dias nem quatro horas. Tivemos a oportunidade de conviver muito mais com vários colegas aqui do que com familiares próximos, com pai, mãe ou irmãos. Nesta oportunidade gostaria também de desejar um bom trabalho ao Deputado Romeu Queiroz, neste momento que se inicia uma nova vida. Já tive a oportunidade de fazer essas colocações. É uma pessoa que, desde que entrei para a política, desde a Câmara Municipal, sempre foi um homem que trabalhou muito para todos os mineiros, por esta Casa, que hoje está entre as melhores Casas de todo o Brasil, uma Casa que tem e dá as melhores condições de trabalho a todos os Deputados e que tem melhores condições de servir e trabalhar pelo povo mineiro. Agradecemos ao Deputado Romeu Queiroz. Isso tudo é porque o tivemos à frente da Mesa desta Casa por duas vezes, durante duas legislaturas.

O Deputado Romeu Queiroz, leve nosso abraço. Pode ter certeza de que não apenas eu, mas todos os funcionários desta Casa sentirão a falta de V. Exa, que sempre brilhou nesta

Casa, sempre foi um sábio, um grande mentor e, acima de tudo, um grande amigo. Nas horas mais difíceis desta Casa, para qualquer um dos Srs. Deputados, V. Exa., o amigo, sempre esteve presente. Pode ter certeza de que estaremos aqui em Belo Horizonte, torcendo para o bom trabalho de V. Exa. em Brasília. Que V. Exa. consiga em Brasília toda a liderança que conseguiu em nossa Minas Gerais. Tenho certeza de que um dia os mineiros saberão reconhecer a liderança, o trabalho, a seriedade e o comprometimento que V. Exa. tem com a sociedade mineira e V. Exa. estará galgando cargos maiores. Muito obrigado a todos. Àqueles que vão nos deixar e aos que vão continuar a partir do próximo mês, gostaria de desejar saúde e paz para todos.

Vejo o companheiro Ajalmar, amigo, companheiro, que deixa esta Casa, mas, sem dúvida nenhuma, tanto ele como o Péricles, que liderou o Governo passado, deixam esta Casa com o dever cumprido. Podem não ter o reconhecimento daqueles que eles defendiam aqui dentro, mas nós, os companheiros Deputados, sabemos que cumpriram o dever. Companheiro Ajalmar, que Deus o proteja nessa nova caminhada. Muito obrigado a todos e que Deus continue nos protegendo. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Raul Lima Neto\* - Sr. Presidente, Deputado Romeu Queiroz, Srs. Deputados, até que enfim, graças a Deus, estamos dando a todos os Deputados a esperança de já não ter de ouvir este parlamentar, que tantas vezes fez parte desta tribuna. Não para me desculpar, mas para me explicar, é que digo que, se assim o fiz, senhores, é porque tenho a convicção absoluta de que este Poder é o poder da palavra. E a palavra é o maior poder que existe. V. Exa., Deputado Romeu Queiroz, V. Exas., Srs. Deputados, podem ter convicção absoluta de que sem o poder da palavra, não haveríamos de existir sequer, não existiríamos, não haveria o mundo, não haveria a terra, não haveria nada, porque diz o livro mais verossímil, mais incontestável, mais antigo, mais puro, que "no princípio era a Palavra, e a Palavra estava com Deus e a Palavra era Deus"; que todas as coisas foram feitas pela palavra, que a palavra estava no mundo, e o mundo foi feito pela palavra. Mas o mundo não entendeu. E a Palavra se fez carne e habitou entre nós cheia de glória e de majestade. O princípio era o Verbo, no latim, o "logos", no grego.

A palavra é tão séria, Deputado, mas tão séria, companheiro, que o Verbo Eterno disse, certa feita, que haverá um juízo final e que nós, os homens que temos essa prerrogativa que nenhum outro ser da terra tem, de ter a palavra, o pensamento, a inteligência, a "indus legeris", a capacidade de ler por dentro e falar, seremos julgados por cada palavra frívola que proferirmos.

Graças a Deus, a Palavra se fez carne, no mistério incompreensível para a razão humana, porque nem os céus podem conter a Deus. Davi diz no Salmo 139: "Se subo no mais alto céu, lá estais. Se desço ao mais profundo abismo, lá também Vós estais." Salomão, quando construiu aquela casa mais suntuosa, aquele palácio mais suntuoso que todos os outros, tendo conhecimento e sabedoria, disse apenas para representar, porque, se nem os céus podem conter a Deus, quanto mais uma casa feita por mãos humanas. Mas Deus, na sua plenitude, o Verbo, porque nele estava contida a plenitude da divindade: Deus é Pai, é Filho e é Espírito Santo, foi contido no ventre de uma mulher, de uma mãe, de uma virgem, que concebeu e deu à luz o Filho do Altíssimo, Jesus Cristo, a Palavra.

Graças a Deus, numa cruz, no Calvário, Sr. presidente, Ele deu a sua vida por nós, Ele perdoou os nossos pecados, desmanchou aquilo que nos condenava, especialmente, as nossas palavras. Porque a palavra é eterna. V. Exa. sabia disso?

O tempo passa, os mandatos passam, mas as palavras não passam. Ou elas ficam gravadas, nos gravadores da Assembléia, nos anais da Casa, ou elas ficam gravadas na eternidade, porque está provado cientificamente que a propagação das ondas sonoras são indestrutíveis, elas sobem para algum lugar no espaço sideral. Um dia, no juízo de Deus, todas as palavras serão apresentadas. Mas graças a Deus, na cruz do Calvário, o Verbo pagou a dívida que tínhamos para com Deus e desmanchou todos os nossos delitos e pecados, morrendo em nosso lugar, sendo Rei, sendo Deus. E, ressuscitando, nos legou a vida eterna e a condição de termos uma vida nova e de termos palavras de vida eterna.

É com vigilância que agradeço a Deus. Termino este meu mandato, esta última participação, agradecendo a Deus o privilégio de ter tido cada um dos senhores como meus companheiros e poder ter entendido que os senhores, no mínimo, têm motivos para que eu, no decorrer da minha vida, tenha gratidão para com todos os senhores, até pelo fato de me terem suportado, porque acho que há horas em que é difícil suportar-me. Mas como Deus nos suporta, e com amor, os senhores também assim o fizeram.

Houve momentos em que usei esta palavra para fazer oposição, como fiz ontem, por exemplo, oposição a que se aprovassem as contas de 1997 do Governador Eduardo Azeredo. Depois fiquei pensando no que o Deputado Romeu Queiroz havia me pedido: "Deputado Raul, vamos aprovar as contas do Governador, ele é meu amigo". O modo como o Presidente me pediu, foi tão sensível, tão bonito e tão político, tão natural, tão compreensível - e esta é uma Casa de negociações -, que ele quase me convence o coração.

Mas, foi naquele momento que me deparei com a responsabilidade de saber que aqueles que são revestidos de autoridade também serão revestidos de maior juízo e de que responderei a Deus pelas decisões que tomo aqui depois de examinar esse projeto, de lê-lo e ver que ele é tão inconsistente, tão duvidoso, tão cheio de transgressões à lei. O Tribunal de Contas, nobres Deputados, também aprovou as contas do Prefeito de João Pinheiro com ressalvas. Acontece que, mais tarde, esse Prefeito foi cassado e ficou constatado que ele roubou o dinheiro público, que construiu obras que jamais existiram. O mesmo aconteceu com o Prefeito de Três Marias. A Promotoria sabe disso. E o Tribunal de Contas aprovou, às vezes, até por pressão política, mas aprovou com ressalvas. Como ele aprovou com ressalvas e mais tarde a história provou que estava certo, não posso aprovar também as contas do Governador cheias de ressalvas, algumas sublinhadas, dizendo que o BEMGE estava sendo colocado em sérias dificuldades. Mais tarde ele seria privatizado sem a prestação de contas cabíveis, sem a informação de para onde foi todo o dinheiro, deixando o Estado numa situação tão delicada, que o nosso atual Governador não teve outra opção senão a de pedir moratória.

Para não ser injusto até com o Governo que está aí, não posso aprovar essas contas. Mas não foi para isso que subi a esta tribuna, e sim para agradecer a todos os Deputados pelos momentos que estivemos juntos, pela paciência, pelo companheirismo, para dizer que compreendo a situação de cada um. O que estamos precisando neste País não é a mudança de homens em nosso parlamento, mas a mudança nos homens que estão nele. Não é mudar para outros Deputados, porque não existe um homem mais honesto que o outro. Na verdade, o Profeta Jeremias disse que o coração do homem é desesperadamente corrupto e, às vezes, se não tomar cuidado, ele vacila, como Adão vacilou. Ele promete a liberdade, mas é escravo da corrupção. É muito difícil permanecer ereto, correto, se as formas existem em formas tão deformadas como a nossa. Mas tenho absoluta convicção de que o Verbo é eterno, que começou os seus sinais transformando a água em vinho pela palavra e transforma cada coração. Pelo convívio que temos uns com os outros transformamo-nos dia a dia. E este parlamento mineiro tem condição de em 1999, na próxima legislatura, ser muito melhor do que na legislatura que passou, da qual fiz parte. Conheço o meu coração, não conheço o vosso coração. E, conhecendo o meu coração, e não o do meu Presidente, julgo que, se não fosse a graça de Deus, estaria destruído há muito tempo. O coração do meu Presidente talvez seja bem melhor do que o meu. Porque, não fosse a graça e a misericórdia de Deus, que me levantou e que me colocou em certas posições de escolher, de tomar decisões, há quanto tempo não estaria sucumbindo? Mas, se Aquele que transformou meu coração porque foi misericordioso comigo, é vivo e existe, pode dar ao coração do meu Presidente, como ao coração de cada um dos Deputados, tamanha capacidade política. Porque reconheço nos senhores, às vezes, muito mais capacidade, muito mais condição e muito mais prudência do que em mim. Os senhores são parlamentares exemplares e espero que sejam instrumento nas mãos de Deus para a mudança do País. O Brasil pode mudar; basta que se mude o homem, basta que se mude o coração do homem. O coração do homem só muda em contato com a palavra, com Deus e com tudo aquilo que pode transformar o coração de qualquer ser humano.

O Deputado Miguel Martini (Em aparte)\* - É com muita honra que faço este aparte e agradeço para reafirmar o que V. Exa. está dizendo. A vida é um grande aprendizado. Ninguém é tão sábio que não tenha o que aprender; ninguém é tão rico que não tenha o que receber; e ninguém é tão pobre que não tenha o que doar. Acho que a convivência com V. Exa. nesta Casa nos ensinou muita coisa. Particularmente, desse convívio, pude aprender muito a respeito da fé e da própria palavra de Deus, conhecedor que V. Exa. dela é. Senti-me muito honrado por essa convivência - e tenho certeza de que essa convivência continuará.

O desejo que V. Exa. tem no seu coração de uma mudança na sociedade, isso passa para todos nós. Àqueles que podem ser instrumento para essa transformação, certamente irão se lembrar do grande anseio que está e que continuará no seu coração. A partir desse exemplo e desse ensinamento, todos conseguiremos, com certeza, colocar essa transformação em prática - melhorando pouco a pouco. Esse processo de transformação da nossa sociedade deve ser seguido. Sabemos que precisamos mudar muito. Concordo com V. Exa.: só teremos um mundo novo, se tivermos homens novos e só é possível haver homens novos, se nascermos de novo. Muito obrigado.

O Deputado Raul Lima Neto - Quando falamos nesses homens novos, não se trata de mudança dos homens, mas sim na mudança do próprio homem, do próprio interior de cada homem. Essa mudança começa no momento em que temos um encontro com Jesus Cristo, com a verdade. Ele veio buscar e salvar aquele que está perdido. Como mudou Zaqueu, como mudou cada um daqueles apóstolos, como transformou a minha vida, porque sei o que era e sei o que sou. E transforma a cada um de nós. Tenho a convicção, e estarei orando - é o mínimo que posso fazer - para que o parlamento mineiro, o Governo do nosso Estado e o do nosso País sejam totalmente conduzidos por homens que tenham a dependência de Deus. A dependência da verdade, porque só a verdade liberta. Esperamos que os nossos jornalistas não sejam compromissados com os salários que recebem de instituições, mas que sejam livres pela verdade e possam cumprir sua função pela palavra escrita, levando o temor do Senhor e a sabedoria aos políticos que podem transformar a sociedade mineira.

Agradeço a todos os senhores por esses quatro anos de paciência que tiveram comigo. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Geraldo da Costa Pereira\* - Sr. Presidente, Mesa Diretora, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, amigos das galerias, que nos honram com sua presença nesta Casa, meu conterrâneo, Sr. Luiz Fernando de Sousa, ex-Prefeito de Divinópolis, sempre presente nesta Casa, com sua amizade e sua dedicação; sendo um parlamentar anônimo, sua presença nos envia; Minas sinaliza o perigo que a situação econômica nacional representa para o cidadão brasileiro, através da voz ousada do Governador Itamar Franco.

As atitudes do Governador, ao contrário do que prega o Chefe da Nação, Fernando Henrique Cardoso, são de sábia responsabilidade. Minas está sendo governada por um grande Presidente da República. Esta é a diferença da nossa história, e, daqui a algum tempo, todo o Brasil irá reconhecer esta verdade. Não vai ser fácil para o Planalto ignorar a dignidade de Minas e a fama de ser inteligente em encontrar novas soluções através do entendimento. Seguindo o exemplo do Palácio da Liberdade, estou aqui em nome da negociação, do progresso de minha cidade, de minha região, oeste de Minas.

A Região Oeste de Minas possui 380 mil eleitores. A cidade de Divinópolis, 120 mil. Esse eleitorado deu a vitória ao Governador Itamar Franco, no 1º e no 2º turnos. Fui eu o único candidato a Deputado Estadual a apoiá-lo, tendo concorrido com mais dez candidatos na minha cidade.

Quando em visita a nossa querida Divinópolis, o Governador em campanha deu demonstração especial de atenção ao município, enchendo de expectativa toda a cidade, que se encontra sem representatividade desde o Governo anterior. Divinópolis precisa retomar o seu desenvolvimento. No atual momento, não devo me valer de modéstia. Sou o legítimo representante do município na esfera estadual. Os fatos me credenciam a fazer tal afirmação. Sou político de um só partido. A fidelidade ao PMDB já alcança 30 anos. Presto serviços nesta Casa há 20 anos. A lista de obras contemplando a região abrange todos os setores essenciais. Sou cidadão honorário de 22 municípios, que tenho a honra de representar. Com muita honra, participei, nesta Casa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, da Mesa Diretora. Exerci cargo de Líder, e de Vice-Líder. Hoje me despeço, com muita alegria, desta legislatura. Quero cumprimentar a todos, especialmente o nosso querido Deputado Romeu Queiroz, Presidente pela segunda vez, por seu trabalho, sua dedicação, sua marcante personalidade e, acima de tudo, pela grande amizade que dedica a todos os Deputados. Por todos estes motivos, ele dirigiu esta Casa nesses oito anos. E temos nele, como Deputado Federal, uma esperança muito grande. Irá representar uma nova geração de políticos honrados e dedicados. Minas Gerais confia nos colegas que aqui irão permanecer. Realmente, merecem e trabalharam para isso. Minas espera, junto com o Governador Itamar Franco, fazer um excelente governo para os mineiros.

De minha parte, encerrando esta despedida, quero deixar o meu apoio a todos e lhes desejar felicidades na nova legislatura. O Governo precisa, principalmente neste momento, de fiéis aliados, de postura única e decisiva, a exemplo do próprio Governador. Por isso, declaro meu apoio à sabedoria política de Itamar Franco e, como porta-voz de Divinópolis e da Região Oeste, faço um apelo: precisamos retomar o veio natural do progresso. Fica o meu abraço, desejando a todos, mais uma vez, muitas felicidades. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta\* - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Romeu Queiroz, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores; de fato, hoje se realiza a última reunião desta Casa, nesta legislatura. Foram quatro anos de trabalho, de avanço e de conquista. E eu gostaria de agradecer a cada colega a oportunidade da convivência, do diálogo, de apresentar e debater as nossas idéias e de conseguir conquistas importantes para todo o Estado de Minas Gerais.

Como Deputado de uma região pobre - ou melhor, de uma região rica, mas que ainda não conseguiu ter os investimentos necessários ao seu pleno desenvolvimento -, que é a Região Norte de Minas, que eu e outros colegas representamos com muita honra, quero dizer, juntamente com os Deputados que representam a região do Jequitinhonha, que, graças a Deus, tivemos um avanço muito grande. Se compararmos a situação dessas regiões há quatro anos com a de hoje, observaremos que muitas estradas foram percorridas, muitas lutas foram travadas e muitas vitórias foram conseguidas, graças à persistência nossa e de outros colegas, nesta tribuna, nas secretarias, junto ao Governador do Estado, aos Secretários e em Brasília. Por isso mesmo, tivemos a oportunidade de colaborar um pouco com as modificações que aconteceram. Foram projetos importantes, como o Projeto Nordeste, na área da saúde, feito em parceria do Governo Federal com o Governo do Estado, o qual proporcionou a reforma, a ampliação e a construção de vários hospitais. No setor educacional, tivemos o aperfeiçoamento dos professores e a construção de várias escolas. Há, também, o Projeto de Apoio ao Produtor Rural - PAP -, que trouxe benefícios a mais de duas mil associações, levando-lhes água potável, consertando as estradas, construindo fabriquetas de farinha e de doce-de-leite, promovendo o desenvolvimento e, efetivamente, tirando a pobreza daquela região.

Nos próximos quatro anos, terei, delegado pelo povo de Minas Gerais, mais um mandato a cumprir, e esperamos poder continuar nesta caminhada de conquista, de progresso e de desenvolvimento. Para tanto, é necessário que o Governo do Estado, apesar de todas as dificuldades, dê continuidade a esses projetos para o Norte de Minas, o Jequitinhonha e o Noroeste, atendendo às famílias, principalmente na parte social, dando oportunidade às nossas crianças de terem escola e a nosso povo de ter mais saúde. É por isso mesmo que temos certeza absoluta de que, com o trabalho coordenado e sincronizado dos Deputados, poderemos conseguir que esses projetos tenham continuidade.

Mesmo com tanta conquista, ainda existem 53 cidades na minha região, entre 102, que não têm sequer hospital, não podem fazer atendimento básico na área da saúde. Por isso mesmo, a continuidade é premente, é importante, deve existir. Esta Casa sempre esteve aberta a todos os segmentos da comunidade, porque é a Casa da discussão, é a caixa de ressonância dos problemas de Minas Gerais, e isso é importante. É o único Poder que tem as portas abertas, onde a população pode chegar aos Deputados e às comissões e expor os seus problemas, fazer as suas reivindicações. Agora mesmo, estamos observando mais um ato cívico da democracia, um exemplo de democracia de portas abertas, com alguns ex-funcionários da PRODEMGE, que estão hoje, com muita justiça, com todo o direito, fazendo as suas reivindicações, através do contato direto com os parlamentares, solicitando intervenção desta Casa. Estão reivindicando sua permanência no emprego. Tive a oportunidade de conversar rapidamente com alguns deles, e relataram-me que, infelizmente, iniciou-se, naquele órgão, um processo de demissão sem um critério técnico, pois estão sendo demitidas pessoas que estão ali há 10, 20 anos.

Sabemos, Srs. Deputados, que toda mudança de governo pressupõe mudanças. Alguém tem de deixar o seu lugar, o seu emprego, principalmente se é uma colocação política, de confiança, pois isso faz parte do jogo democrático, a fim de que outras pessoas, de igual competência, possam assumir esses lugares. Todos entendemos isso, pois é o que acontece, inclusive, nesta Casa; não entendemos - e fazemos um apelo, é necessário que o façamos - quando observamos que essas pessoas estavam acostumadas, ao longo de tantos anos, a passar indiferentemente pelos problemas políticos, pelas posições políticas, e a continuar a construir, tecnicamente, de forma extremamente importante, a modernidade do nosso Estado. A PRODEMGE é um órgão importante. Gostaríamos que essas reivindicações sejam acatadas pelos parlamentares de todos os partidos e pelo PT, que, há tantos e tantos anos, historicamente, tem levantado a bandeira em favor do funcionário público, independentemente do seu grau, lutando para que ele tenha a sua dignidade respeitada e o seu emprego assegurado. Fazemos um apelo ao PMDB, que é um partido de tradição histórica, de homens da envergadura do Dr. Jorge Eduardo e de outros companheiros; fazemos um apelo ao nosso Presidente, ao Deputado Raul Lima Neto, à Deputada Maria José Hauelsen, e a cada um dos senhores, para que possamos unir nossos esforços, não no sentido de fazê-los voltar ao emprego, porque isso não nos cabe, não temos essa força, mas para levar às comissões temáticas, como a de Direitos e Garantias Fundamentais, a fim de que possamos fazer com que nossa voz chegue ao Sr. Governador, solicitando que, se foram feitas demissões políticas, que elas sejam revistas, pois, afinal de contas, foi essa uma das propostas do Governador Itamar Franco durante a sua caminhada rumo ao Palácio da Liberdade. Queremos que a justiça seja de fato restabelecida, queremos que esta Casa esteja sempre com suas portas abertas, porque no momento em que uma porta do Poder Legislativo for fechada, estaremos diante de uma séria ameaça da democracia, da liberdade, da livre expressão de direito.

Encerro meu pronunciamento, colocando-me à inteira disposição dos senhores e de qualquer cidadão ou funcionário público que se sentir injustiçado e ultrajado em seus mais lídimos direitos.

Eu, meu partido e todos os outros que têm assento nesta Casa estamos a serviço dos senhores e vamos, como verdadeiros porta-vozes, encaminhar suas reivindicações. Trabalharemos para que esta Casa não permita, em momento nenhum, que se cometa injustiça contra qualquer cidadão do Estado de Minas Gerais.

Estamos vivendo momentos difíceis. O desemprego está batendo às nossas portas, em todos os setores. Segundo os últimos dados, de novembro a janeiro, o índice de desemprego, em Minas, alcançou o patamar de quase 13%. E isso, entre famílias que dependem do salário honrado e suado que ganham; e isso, entre famílias que precisam que seu chefe continue no emprego, para que possam manter os filhos na escola e o alimento na mesa.

Receba, pois, povo mineiro, o abraço desta Casa, e esteja certo de que o Poder Legislativo estará sempre de prontidão e firme, em favor da verdade, da liberdade e da democracia. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Raul Lima Neto\* - Sr. Presidente, Deputado Romeu Queiroz, Srs. Deputados, V. Exas. entendem. O dia está acabando, e a paciência de V. Exas. está sendo cada vez mais aprovada e mais provada. É um dever parlamentar, é um direito parlamentar. Preciso deixar, como V. Exas., rastro. Exas., gostaria de fazer uma pergunta a V. Exa. Quando digo V. Exa., uso o singular, a você, meu companheiro, a você, Paulo Piau, a V. Exa., Sebastião Navarro Vieira, a V. Exa., Wilson Trópia, a V. Exa., Deputado Cleuber Carneiro, a V. Exa., Deputado José Militão, a V. Exa., Deputado Ambrósio Pinto. Quero fazer uma pergunta a V. Exa., pessoalmente, diante de Deus. Não precisam responder, mas respondam a Deus. Braga, V. Exa. viu, leu as contas do Governador? V. Exa. viu, leu as ressalvas do Tribunal de Contas? Por favor, senhores, esta Casa tem o dever parlamentar de fiscalizar as contas do Executivo. Cuidado. Estamos passando pela história. De repente, podemos ser chamados. Joaquim Silvério dos Reis talvez não tivesse pensado que seria chamado de traidor. Ele aprovava as contas de Portugal. Exa., este parlamento será um exemplo, inclusive, para o atual Governador, para os próximos que virão, para os atuais parlamentos.

Não podemos aprovar uma conta de governo sem termos a preocupação de examiná-la, porque ela está cheia de inconsistência. O próprio Tribunal de Contas, como os senhores sabem, é constituído na sua maioria de Juizes, de Conselheiros, indicados por esta Casa, pelo Governador, mas que não encontraram meios de aprovar sem fazer ressalvas, e que ressalvas. Dinheiro em grande montante foi tirado do IPSEMG. Mais de R\$2.000.000.000,00 foram tirados do IPSEMG. Falávamos ontem para os aposentados, porque o Brasil sofre tanto. Na verdade, um salmo de Davi conclui dizendo assim: "Feliz é a Nação cujo Deus é o Senhor", mas, começa dizendo assim no versículo VIII: "Livrai-nos do governo de homens estranhos, cuja boca fala mentira e cuja direita é direita de falsidade". Que nossos filhos brinquem tranquilos pelas nossas ruas, nossas filhas sejam como colunas lavradas de palácios, nossos jovens sejam como plantas viçosas, que nossos velhos, nossos anciãos sejam honrados pelos seus cabelos brancos, que nossas dispensas transbordem entulhadas de toda a sorte de provisões. Que nossos campos produzam milhões e milhões de toneladas, que nossos filhos e filhas sejam todos felizes, que não haja assalto nem gritos de lamento em nossas praças e nossas ruas, que nossos carros sejam preciosos, que não haja dívida, que nosso povo seja um povo deleitoso, porque feliz é o povo que assim sucede. Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor e o Senhor é a justiça. Justiça é aprovar as contas do Governador seja quem for ele, cheias de ressalvas. Um Banco foi privatizado num momento em que só banqueiro ganhava dinheiro. Até hoje esse Governo do Brasil tem trabalhado só para servir banqueiros. Um Banco foi privatizado, e quase R\$1.700.000.000,00 foram gastos. Foi vendido por menos de um terço. O Tribunal de Contas, em suas ressalvas, diz que a situação do BEMGE estava se tornando difícil. E as contas foram aprovadas com essas ressalvas. Certa feita o Tribunal de Contas aprovou essa história, aprovou com poucas ressalvas, se não me engano foram duas ou três. Liguei agora para o Promotor Jarbas, mas ele está viajando, se não fosse isso, eu daria os dados certos. As contas de João Pinheiro foram aprovadas, e depois o Prefeito foi preso. Ficou provado que ele comprou bens que nunca apareceram, pôs o dinheiro no bolso. Gente, isso aqui é um parlamento, é a casa de maior poder do Estado. Não podemos ser só por acordos não. Vamos examinar, temam os governadores numa república

séria. O poder parlamentar precisa ser sério, se ele for subserviente a república está podre. Teremos de passar a limpo essa república nossa até vermos se não precisamos de fazer um outro plebiscito para voltar à monarquia, onde tínhamos um parlamento, que era uma casa de estadista, onde o primeiro ministro era fiscalizado por um homem ou por uma mulher, criado politicamente um rei ou uma rainha. Nosso parlamento não pode continuar como está.

Se continuar como está; se continuarmos aprovando assim, como foram aprovadas, as contas da Assembléia. É um discurso aqui, cheio de elogios do PT - a história vai marcar isso, do Deputado Durval Ângelo -, e pimba, aprovado sem nenhum exame. Eu pergunto: "você debruçou e leu?" Contas devem ser examinadas. Eu examinei as contas. Percebemos claramente que o Tribunal de Contas levanta sérias razões e motivos, mostra a inconsistência e que é vago. Mas acredito que somente os aleivosos, Deputados queridos, mesmo depois de ouvir o que ouvirem, aprovarão sem ler as contas do Governador, que o Tribunal de Contas já coloca ressalva, livrando sua cara, mas este parlamento julga o Tribunal de Contas, e eu daria um conselho - porque o homem que ouve conselhos é sábio, "como o ferro com ferro se afia, o homem com o próprio homem", - daria um conselho ao Tribunal de Contas: quando houver ressalva como essa, rejeite-a. Não mande para um parlamento rejeitar. Rejeite, sabendo que este parlamento pode aprovar por acordos, que, no mínimo, são chulos.

Senhores, sabem porque os planos no Brasil não dão certo? Já dizia Salomão, "Se Deus, se a justiça, a verdade não edificarem a casa, em vão trabalham os que a edificam". Em vão é deitar de madrugada, levantar tarde, porque aos que cometem a justiça aos seus filhos, Deus dá até enquanto dormem. A justiça exalta as nações, mas a corrupção é a podridão, a vergonha, e corrupção é quando deixamos passar em branco coisas como essas.

Peço aos senhores que votem com o meu requerimento, adiando a votação das contas do Governo, para que V. Exas. tenham a possibilidade de responder depois e dizer sim, eu examinei e acho que devo aprovar, porque li e examinei até as ressalvas do Tribunal, ou não devo aprovar. Mas no escuro não façam isso, porque isso no mínimo é irresponsabilidade para com o povo, porque o nosso primeiro compromisso, nosso primeiro acordo é para com Deus e o povo que nos elegeu. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Pettersen - Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Deputado Raul Lima Neto realmente confundiu a Casa Legislativa, talvez por deslize, não por maldade. Falou que o seu projeto sumiu, esquecendo-se de que está em uma Casa Legislativa e não em uma casa-fantasma. Foi um deslize do Deputado. Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, como hoje é o último dia do nosso Presidente Romeu Queiroz, aqui conosco desde 1986 e que ora parte rumo a Brasília, temos que parabenizá-lo pelo seu feito, pelo respeito ao Poder Legislativo, pelo respeito às suas próprias limitações e pelas mais diversas ocorrências nesta Casa, nunca tendo extrapolado, por sua inteligência ou por respeito ao nosso Regimento Interno. O que desejamos ao nobre Deputado Romeu Queiroz é que ele tenha igual ou melhor sucesso na Câmara Federal, para que possa prestar um grande serviço ao nosso Estado. Muito embora esperemos isso também dos diversos representantes de Minas no Congresso, temos tido decepções com alguns deles, que hoje ficam prontamente contra seu Estado, em franco favorecimento a outros, que nós desconhecemos. Mas a você, Romeu Queiroz, desejamos de coração que tenha êxito na Câmara Federal e que defenda seu Estado. Não como seu colega Brant, não como seu colega Aecinho, mas sim com visão e sentimento de mineiridade. Quero parabenizá-lo mais uma vez.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se fizermos uma retrospectiva das crises decorrentes de fatores externos, vamos verificar e nos deparar com várias crises que desaguarão no crescimento e na geração de empregos, porque os Presidentes, em décadas anteriores, souberam tomar decisões firmes e duradouras, tendo a devida habilidade na condução das negociações, procurando saídas honrosas, sem nunca colocar em risco nossa soberania nem tampouco comprometer o nosso crescimento.

- Vejamos: Getúlio enfrentou as conseqüências do "crash" em 1929 e o flagelo da 2ª Guerra Mundial, com as preliminares do confronto ideológico do nazismo de Hitler e do comunismo de Stalin. O Brasil teve a sorte de contar com a clarividência do estadista de 3/11/30 a 29/10/45, homem que assumiu o poder com rédeas firmes, restaurando a ordem pública, garantindo a unidade nacional, decretando a moratória unilateral de nossos compromissos internacionais, restabelecendo a normalidade estatística do nosso então principal produto em exportação, o café, impondo disciplina e austeridade dos gastos públicos, equilíbrio orçamentário e modernização da máquina administrativa.

Promoveu a industrialização do País, implantou a moderna legislação social e trabalhista, que melhorou o poder aquisitivo dos nossos trabalhadores. Decretou a lei da usura, que proibia juros superiores a 12% ao ano, fundou a Vale do Rio Doce, criou o Conselho Nacional do Petróleo, conseguiu do Presidente Roosevelt o fornecimento de equipamentos e apoio técnico e financeiro para a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda. Durante o conflito, o País acumulou imensas reservas cambiais.

Geisel enfrentou a crise do petróleo, impôs com coragem e sucesso a crise do petróleo, que, desencadeada em outubro de 1973, atingiu em cheio as economias dos países importadores de petróleo, em face do aumento do preço do imposto cobrado pela OPEP.

Recusou-se a aceitar a tese dos monetaristas de provocar a recessão e encolher o País e passou à ofensiva, fazendo opção pelo desenvolvimento. Lançou o programa do álcool e autorizou os contratos de risco com empresas estrangeiras para perfuração em busca de petróleo. Porém, sob o comando da PETROBRAS.

Diminuiu a nossa dependência do colosso do hemisfério Norte, rompendo o acordo militar Brasil-Estados Unidos e estabelecendo o acordo nuclear com a Alemanha. Iniciou a construção da AÇOMINAS e de Tubarão, incentivou a indústria da construção naval, começou Itaipu e quase concluiu a Usina de Tucuruí.

Atualmente somos contemporâneos de uma crise oriunda também do exterior, que repercute no Brasil e ameaça comprometer o que foi arduamente construído pelos nossos trabalhadores.

No Governo Fernando Henrique, a aceitação incontrolada dos princípios de mercado livre e a total submissão aos dogmas do capitalismo globalizante deixaram o Brasil em deplorável situação de debilidade econômica e social.

Privatizamos grande parte do patrimônio público, o Governo arrecadou R\$37.400.000.000,00 em 1988 e, ao mesmo tempo, aumentou a dívida interna do País, de 1995 a 1998, de R\$60.000.000.000,00 para R\$350.000.000.000,00, e a dívida externa, de US\$100.000.000.000,00 para US\$230.000.000.000,00.

As ditas reservas cambiais alcançaram US\$70.000.000.000,00 e nos deram um prejuízo, apenas em 1998, de R\$14.900.000.000,00, decorrente da diferença de remuneração entre os ativos (aplicação à taxa de 3% a 5% ao ano) e os passivos, pagando mais de 29% ao ano (taxa selic), referente ao lançamento de títulos pelo Banco Central para enxugar os meios de pagamento (reais em circulação).

Desastrosa é a nossa posição cambial, com déficit na balança comercial de US\$8.300.000.000,00 em 1997 e US\$6.400.000.000,00 em 1988, enquanto no último ano do Governo Itamar Franco (1994) o País teve superávit comercial de US\$10.500.000.000,00.

No balanço de pagamento apresentamos números deploráveis: em 1987, o déficit em conta corrente atingiu US\$33.400.000.000,00; em 1998, em torno de US\$34.600.000.000,00.

O desemprego se elevou, disseminando a miséria; os pequenos, médios e grandes concorrentes de crédito vergam e sucumbem sob os maiores juros do universo e a concorrência desigual de produtos importados, financiados a prazos longos e juros baixos ou subsidiados nos países de origem.

Nosso País está monitorado pelo FMI, e o Governo busca soluções compatíveis com a nossa realidade, desconhecendo que o mercado livre está com os seus dias contados. O Estado não pode se furtar a sua função de neutralizador de crises e de indutor do desenvolvimento para a geração de empregos.

Ao Sr. Fernando Henrique faltam humildade e coragem para enfrentar a crise e seus efeitos desastrosos para a nossa economia, além da capacidade de desempenho, pois ele não tem equilíbrio para decidir com segurança e serenidade.

Está levando o nosso País para um futuro nebuloso, com perspectivas negativas, além de já estarmos passando por uma indesejável recessão e uma situação de desemprego jamais vista em nossa história.

Ele tinha o compromisso, em seu primeiro mandato, de fazer as reformas, ao invés de protelá-las em favor de sua reeleição. Elevou os juros para atrair os capitais internacionais voláteis e escancarou as importações. Com isso engrossou o endividamento interno e implodiu as finanças públicas, sucateando setores industriais, gerando desemprego, recessão e déficits na balança comercial. Tudo isso em nome da estabilização da moeda.

Desorganizou a nossa economia por conta de um projeto pessoal. Quatro anos de desgoverno, gastando mais do que arrecada. Juros altos e ganância sem critério.

Para cobrir esses déficits o Governo só fez aumentar impostos, e hoje o Brasil é líder em cargas tributárias entre os países emergentes.

Na realidade, nossa crise é de confiança, se o Presidente tivesse pulso e autoridade não estaríamos mergulhados nessa escuridão sem precedentes que está nos transformando em miseráveis emergentes.

Hoje, tenta-se culpar o ex-Presidente e Governador de Minas, Itamar Franco, dos seus verdadeiros desastrosos; mas antes mesmo da declaração de Itamar, as reservas brasileiras já tinham sido corroídas. Somente em dezembro de 1998 saíram do País cerca de US\$5.000.000.000,00. Esquece também a equipe econômica que o real e a derrubada da inflação foram conquistas do então Presidente Itamar Franco, que sempre se posicionou contrariamente aos rumos dados pelo seu sucessor na política econômica, principalmente no tocante à falta de sensibilidade para com o social. Mas teve a coragem e a dignidade de dizer ao País sua verdadeira situação, mostrando aos brasileiros quem é o verdadeiro caloteiro.

Sr. Presidente, meus caros Deputados, tenho a obrigação, como vocês, de continuar atento a essas adversidades ocorridas neste País por caudas de um Governo fraco, um Governo que não tem o sentimento que o povo mineiro conserva na hora das grandes decisões. E essas decisões sempre partiram de Minas, mesmo se as suas vozes estivessem loucas, fracas, abaixo do normal. Mas nunca nos faltou coragem, nunca nos faltou dignidade para enfrentar um Presidente que hoje está claramente contra os interesses do povo mineiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, para a nossa infelicidade, quando um companheiro, um conterrâneo nosso, vem colocar o seu sentimento ou a sua opinião nos veículos de informação do nosso Estado, de nosso País, constatamos o pulsar do seu coração, o equilíbrio do seu sentimento. Mas, com grande facilidade, a voz de Minas destoa, destoa o interesse do nosso Estado, que passa por uma das maiores dificuldades, porque recebeu um governo totalmente quebrado e esfalado, por ato do Governador Eduardo Azeredo, que foi o campeão de irresponsabilidade neste Estado.

Para a nossa tristeza, temos que vir aqui para falar - também em números e dados - sobre a incompetência, a incoerência de um Governador também mineiro, como nós. Mas a nossa história se faz de homens e de estadistas que nunca nos envergonharam nem envergonharam Minas. Minas passou por administrações e por mãos de homens e de estadistas como Tancredo Neves, como Milton Campos, Juscelino Kubitschek. Infelizmente, esse Governador, jovem e incompetente, como homem, como ser humano, pode ser bom, mas foi o pior, o maior mal que Minas já teve.

Sr. Presidente, falo isso não como Deputado que fui da Oposição, mas falo isso assim, em público, de coração, e para vergonha nossa, como parlamentar, de ter mantido e conduzido com essa irresponsabilidade, porque respeitamos a decisão do povo mineiro, que o escolheu para nos governar. Se soubesse ou seguisse o exemplo do tempo passado, jamais se sentaria naquela cadeira do Juscelino, jamais se sentaria naquela cadeira do Milton Campos.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não chegamos por enquanto na Casa, devido ao enfrentamento de Fernando Henrique, denegrindo os interesses de Minas Gerais, chicoteando o já empobrecido e desempregado povo mineiro, confesso que não podemos nos esmorecer em momento algum. Devemos ficar atentos quanto a essas incoerentes investidas do Governo Federal contra o nosso Estado.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não tivemos tempo ainda para debater, não apenas sobre as contas do Governador Eduardo Azeredo, mas também sobre o seu Governo. Mas haveremos de travar na Casa grandes embates para que o povo mineiro possa saber, de público, o que aconteceu com o Governo do PSDB, do Sr. Eduardo Azeredo. Os nossos embates também serão travados para dar satisfação aos segmentos da sociedade, porque o Governo prestou o maior desserviço ao nosso Estado. O exemplo está aí. O Governador Itamar Franco está enfrentando as maiores dificuldades, pela irresponsabilidade do ex-Governador Eduardo Azeredo.

Haveremos de marchar na defesa incontestada dos interesses do nosso Estado. Haveremos de nos entrincheirar para defender o Estado e a sociedade. Jamais concordaremos ou incentivaremos o nosso Governo a se ajoelhar aos pés do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Jamais poderemos consentir essa intransigência, essa interferência e essa ingerência no nosso Estado. Trata-se claramente de uma perseguição política, não somente a Minas, mas também a todo esse Brasil, que já sabe o que se passou. Minas está sofrendo com o FHC que não se curva, ante a sua insana vontade de perseguir esse povo já tão pisoteado.

O Presidente não mede as consequências de sentar-se à mesa com o pessoal do FMI. E indefere até mesmo a vontade da Comissão Econômica do Senado Federal de ouvir o nosso Governador Itamar Franco. Naquele período, haveria sim a convocação do Senado. O FHC abortou essa reunião da comissão, para que o Governador Itamar Franco não pudesse ir a Brasília fazer uma exposição de motivos e explicar o que o levou a pedir um espaço de tempo para a renegociação da dívida do Estado.

S. Exa. nunca falou em moratória. Mas o Governo Fernando Henrique e sua equipe econômica, maldosamente, venderam essa argumentação de Itamar Franco para o País inteiro, dizendo que ele pediu ou decretou uma moratória unilateral.

Itamar Franco foi obrigado a isso porque é um homem simples, educado, mas que não se curva diante da molecagem, da mediocridade. Fez valer um posicionamento, e não só o

povo de Minas está ao seu lado, mas todos os demais Estados da Federação, que têm o mesmo ponto de vista, o mesmo raciocínio.

Hoje todos sabem que foi negada a Minas a abertura de renegociações e outras foram feitas e estão sendo feitas atrás das portas. Mas neste mundo ninguém morre antes da hora e ninguém paga antes do tempo. Buscam-se os devidos entendimentos para que um governante possa caminhar em direção a novos horizontes, novas perspectivas para um povo que o elegeu. Mas o tiro saiu pela culatra. Hoje, quem está às portas da moratória, neste País, é o próprio Sr. Fernando Henrique Cardoso. E por que digo isso? Olhem os índices das nossas reservas cambiais, olhem a sua proteção para com o capital volátil, que é o capital especulativo, que só vem aqui explorar o suor do povo brasileiro. E em qualquer circunstância ou ameaça de crise, esse capital sai, como o apagar e acender de uma luz. É esse o incentivo que deu o Sr. Fernando Henrique Cardoso, que abriu as portas do Brasil para a especulação. Hoje, caminha-se para a moratória, porque o país não vai ter condições de dar sustentação à política econômica já corroída. Tenho certeza de que haveremos de estar pregoando por todo esse Brasil e por nosso Estado em defesa dos interesses nacionais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não poderíamos deixar de denunciar, de maneira nenhuma, as falcatruas do Presidente da República, para que ele respeite o nosso Estado, para que ele respeite a nossa gente. Minas só deu contribuições positivas, em toda situação por que já passou. Tenho certeza de que haveremos de entrar, num futuro bem próximo, num entendimento. É preciso que a máscara do Presidente caia, que tenha sensibilidade, que tenha um comportamento normal, como qualquer outro cidadão, para conceder, pelo menos deixar que a Comissão do Senado convoque o Governador Itamar Franco, para que possa levar a verdade de Minas e mostrar a verdade do Brasil. Muito obrigado.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte)\* - V. Exa. está contribuindo muito com o povo mineiro ao informar. A palavra informa. Às vezes, o nosso povo sofre por falta de informação. Já disse certa feita, nobre Deputado: "A palavra eterna, errais por não a conhecer, por estardes desinformados".

Nosso Presidente da República, que se diz um homem honesto - cuja aparência, posso afirmar a V. Exa., é apenas um estereótipo - é cheio de frases estereotipadas, que não podem convencer a nenhum intelectual, a nenhuma pessoa que raciocine debaixo do sol e viva neste País.

Fico impressionado com a forma como esquecemos as coisas. Assim como a corrupção é a vergonha dos povos, há uma lei de causa e efeito. Já que V. Exa. me concedeu um prazo, vou exemplificar, soltando da mão um pente. Vejam que ele caiu. Ou seja, foi desafiada uma lei física - a lei da gravidade. Quando Isaac Newton descobriu isso, foi dito que era uma bobagem. É uma coisa tão simples. Se o pente cai, mesmo, tem de haver a lei da gravidade. Mas foi a partir da sua descoberta que isso se tornou simples para nós. Existem leis de causa e efeito. Então, Presidente Romeu Queiroz, quando uma nação pratica justiça, fazendo o que é reto e justo, as coisas dão naturalmente certo. Por exemplo, a aposentadoria do Brasil está falindo por causa dos rombos, dos desvios, dos trilhões que foram roubados. E neste Governo, com este Presidente, há tantas coisas que não foram apuradas... Por isso, as coisas não dão certo. A Pasta Rosa, por exemplo. Lembra-se dela? Do SIVAM? Dos cinco Deputados que foram pagos para votar a favor da reeleição? E nenhuma apuração foi feita. Esse homem nunca buscou, em momento algum, combater a corrupção. Mesmo sabendo que é um país que está propriamente em cima de pedras preciosas, de minérios valiosíssimos, ele deixa escoar nossos minérios para fora. Nossas leis são burras ou coniventes. Por exemplo, a lei que dispõe sobre a exportação de pedras preciosas e semipreciosas taxa em 1% - menos de 2% - o valor das pedras preciosas. Agora, vejam: além de taxar em menos de 2%, não há sequer uma pessoa no Governo capaz de avaliar os lotes das pedras. Se esse homem combatesse a corrupção, esse derrame que vai para fora, teríamos dinheiro suficiente para atender às nossas necessidades. Esse é um homem que despede o funcionalismo de uma forma draconiana; despede, sem saber que, no Brasil, com a extensão que tem, na verdade, teremos de ter muito mais funcionários públicos para atender às nossas necessidades. Mas ele tem de despedir, porque o País não tem dinheiro. E ele só procura a solução nos impostos, e mais impostos, e mais impostos, e na perpetuação de impostos, que nunca são usados, que nunca levam prosperidade ao povo, porque não são usados corretamente. Onde está, por exemplo, o dinheiro da CPMF, da saúde? Como está a saúde no Brasil, com Fernando Henrique Cardoso? Gostaria que, daqui a pouco, V. Exa. respondesse a isso. Como estão as estradas? O IPVA - que é estadual - teve um aumento no ano passado, mas V. Exa. é capaz de me mostrar um Governo - mesmo que fosse o anterior - que tenha deixado as estradas tão esburacadas? Viajando daqui para Brasília, de Paraopeba até Três Marias, se V. Exa. andar a mais de 20 km por hora, quebrará todo o seu carro; há ali tremendas crateras, que nos envergonham e nos humilham. E assim está em todos os lugares. Ora, onde está o dinheiro do IPVA? Nesses quatro anos, o Brasil acabou; não houve uma obra, a não ser algumas pequenas, que foram inauguradas com alarde total. Excelência, as contas deste Governo... Vou-lhe dizer uma coisa: quando Fernando Collor de Mello foi denunciado, houve um movimento - a mobilização de um povo é importante, e o PT se mobilizou naquela época - e aí cassaram o homem.

Fernando Collor de Mello perto de Fernando Henrique Cardoso é um lambari perto de um tubarão, porque ali começou foi com uma peruazinha. Olha, só US\$200.000,00 para cada Deputado votar na reeleição! Pasta Rosa, SIVAM, os telefones grampeados! Ficou claro que o Ministro vendia, ou seja, privatizava o que era nosso, mancomunando por dinheiro. Isso é loucura! Esse Governo estaria na cadeia num país sério! E esse Governo vem agora intentar contra o Estado da Inconfidência, intentar uma guerra civil. Será que ele está querendo é isso? Já houve uma vez, em 1932, uma guerra civil, porque São Paulo resolveu esmagar o Brasil.

Deputado, estou fazendo algumas perguntas, para lhe dar subsídio, porque vou falar depois de V. Exa., pois o meu Líder já me deu autorização para falar por uma hora.

Excelência, será que é guerra civil? Um Estado como o nosso, em que o Governador assume o cargo com os cofres totalmente vazios, com dívidas alarmantes! O próprio Tribunal de Contas mostra, nas contas do Governo, está aí nas ressalvas, a diluição da economia mineira, como não existe substância na aprovação dessas contas, como o dinheiro é usado à revelia, e não são prestadas contas. No caso do BEMGE, por exemplo, Excelência, se fizermos uma CPI, vai rolar muita "cabeça de nego" que parece "duro" aqui, hoje, neste Plenário. V. Exa. faz o discurso certo. Volto-lhe a palavra, mas, se quiser dar-me mais um aparte, gostaria que me respondesse a essas questões: a CPMF, a saúde, o SIVAM, a Pasta Rosa e a questão dos telefonemas.

O Deputado Paulo Pettersen - Estou gostando do fato de V. Exa. estar expondo mais questões aqui, porque é assunto dos Deputados do PSDB, que acompanharam Eduardo Azeredo, com relação à falta de pagamentos, inclusive os do Governo anterior, para com o Governo Federal. Isso está no relatório do Tribunal de Contas, e o Governo Federal nada fez, pelo contrário, deu-lhe mais crédito. Então, entendo que V. Exa., ao expor isso aqui, com tanta preocupação, para não aprovarmos as contas do ex-Governador Eduardo Azeredo, o faz com fundamento. E por quê? Porque não podemos votar nada aqui, de afogadinho.

Vou terminar meu pronunciamento, Sr. Presidente, agradecendo a V. Exa. pela atenção, mas fazendo uma observação: não podemos admitir o menor desrespeito ao Regimento Interno.

Quando concedi a palavra ao nobre Deputado Mauro Lobo, pensei que ele fosse defender o Governo passado, como sempre fez, mas, infelizmente, ao contrário, e para surpresa minha, o Deputado não veio apenas com a alma vazia - veio também com o coração vazio. Ao invés de aproveitar o aparte concedido para defender o Governo que, diga-se de passagem, sacrificou, até o fim, o povo mineiro, o Deputado não o fez.

Que, na próxima legislatura, o Deputado Mauro Lobo possa me apartear à vontade, mas para, juntos, defendermos, de maneira incontestável, os interesses do povo que representamos. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 3/2/99, o Sr. Presidente, no uso de suas atribuições e nos termos do art. 21 da Resolução n1 5.086, de 31/8/90, assinou o seguinte ato:

nomeando o servidor Dalmir de Jesus para o cargo em comissão e de recrutamento limitado de Diretor-Geral, símbolo S-01, código AL-DAS-3-01, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, e de conformidade com as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.660, 1.661, 1.662 e 1.663, de 1999, assinou os seguintes atos de nomeação em cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico

de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Amílcar Martins

Adalberto Brandão Diniz - Supervisor de Gabinete, padrão AL-25 - 8 horas; Adão Aparecido Ferreira - Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14 - 4 horas; Alex Carvalho de Faria - Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13 - 4 horas; Álvaro Brandão de Azeredo - Técnico Executivo de Gabinete I, padrão AL-40 - 8 horas; Breno de Oliveira Lucas Gomes - Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15 - 8 horas; Ernane Rodrigues Gomes - Assistente de Gabinete, padrão AL-23 - 4 horas; Heleno César Lamounier Alves - Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 8 horas; Irê Isoldino da Silva Borges - Secretário de Gabinete, padrão AL-18 - 8 horas; José Orlando Ferreira - Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12 - 4 horas; Leonardo Alves Lamounier - Secretário de Gabinete, padrão AL-18 - 8 horas; Leticia Martins Azeredo - Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39 - 8 horas; Lucilene da Conceição Silva Gonçalves - Secretário de Gabinete II, padrão AL-20 - 4 horas; Lucilene da Silva Rodrigues - Secretário de Gabinete II, padrão AL-20 - 4 horas; Maria do Carmo Cavaliere Veloso - Secretário de Gabinete II, padrão AL-20 - 4 horas; Mauro Matias de Almeida - Supervisor de Gabinete, padrão AL-25 - 4 horas; Paulo Tarso Flecha de Lima Júnior - Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02 - 4 horas; Rosemeire Marques - Secretário de Gabinete II, padrão AL-20 - 4 horas; Wilson das Dores de Souza Filho - Motorista, padrão AL-10 - 8 horas.

#### Gabinete do Deputado César de Mesquita

Antônio Guilherme Kroeff Júnior - Técnico Executivo de Gabinete I, padrão AL-40 - 8 horas; Bettina Engel Lipovetsky - Secretário de Gabinete, padrão AL-18 - 8 horas; Claudiana Henriques Bueno - Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15 - 8 horas; Eliane Ferreira Soares - Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15 - 8 horas; Elisete de Cássia Dolci - Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15 - 8 horas; Emília do Carmo Vioti - Secretário de Gabinete, padrão AL-18 - 8 horas; Fabiana Rezende - Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15 - 8 horas; Flávia Arantes Pereira - Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03 - 8 horas; Ivanise Aparecida de Moura - Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 8 horas; José Arnaldo Vasconcelos - Secretário de Gabinete, padrão AL-18 - 8 horas; José Queiroz - Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 8 horas; Maria Regina Abreu de Faria - Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03 - 8 horas; Nilton Garcia de Oliveira - Motorista, padrão AL-10 - 8 horas; Rinaldo de Oliveira Porfírio - Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03 - 8 horas; Rosângela da Costa Vasconcelos - Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 8 horas; Sebastião Pereira - Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 8 horas; Sérgio de Carvalho do Carmo - Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 8 horas; Soraya Gizelle Duarte Lima - Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15 - 8 horas; Tarcísio Cardoso - Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Eduardo Deladier

Alexandre Magno Braga da Silva - Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 8 horas; Carlos Magno do Prado Fernandes - Secretário de Gabinete II, padrão AL-20 - 8 horas; Daniela Mafía Guimarães - Atendente de Gabinete, padrão AL-05 - 8 horas; Deivanil Maria Dias Silva - Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 8 horas; Dulce de Mello Rosa - Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31 - 8 horas; Elias Heringer - Motorista, padrão AL-10 - 8 horas; Izabel Cristina Dutra Ribeiro - Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 8 horas; José Vilaça Guimarães Filho - Secretário de Gabinete, padrão AL-18 - 8 horas; Leonardo Franklin Álvares Pereira - Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 8 horas; Marco Aurélio Braz - Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39 - 8 horas; Maria Crepaldi M. Pereira - Secretário de Gabinete II, padrão AL-20 - 8 horas; Maurício Carlos de Faria - Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02 - 4 horas; Rogério Eduardo de Souza - Secretário de Gabinete I, padrão AL-19 - 8 horas; Sebastião Carlos de Lima - Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31 - 8 horas; Vera Lúcia Rodrigues Pereira - Secretário de Gabinete I, padrão AL-19 - 8 horas; Viviane Patrícia Magalhães - Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 4 horas.

#### Gabinete do Deputado José Henrique

Adriana A. Vargas Fonseca - Atendente de Gabinete, padrão AL-05 - 8 horas; Adriana Patrícia de Oliveira Carvalho - Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 8 horas; Álvaro Teixeira de Carvalho - Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 8 horas; Cinésio Cândido Oliveira - Motorista, padrão AL-10 - 8 horas; Edgar de Souza Oliveira - Atendente de Gabinete, padrão AL-05 - 8 horas; Eleonor de Souza Morais - Secretário de Gabinete II, padrão AL-20 - 8 horas; Fernanda Oliveira Nacif - Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 8 horas; Gislene dos Santos Souza Magnoni - Atendente de Gabinete, padrão AL-05 - 8 horas; Henry Laviola Vagliano - Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 8 horas; José Dias de Assis Júnior - Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02 - 4 horas; José Dirson de Araújo - Secretário de Gabinete II, padrão AL-20 - 8 horas; José Paulo de Carvalho - Secretário de Gabinete I, padrão AL-19 - 8 horas; Laudicea Cardoso Andrade Silva - Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 8 horas; Maria Beatriz Rogério de Castro Almeida - Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 8 horas; Maria de Fátima Rosa Araújo - Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29 - 8 horas; Mirian Ferreira Ferraz - Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02 - 4 horas; Romildo Alves da Cunha - Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 8 horas; Ronaldo Moura de Oliveira - Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 8 horas; Watson Albuquerque - Técnico Executivo Gabinete II, padrão AL-41 - 8 horas.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.604, 1.624, 1.626, 1.629 e 1.659, de 1999, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Ambrósio Pinto

tornando sem efeito o ato publicado no "Diário do Legislativo" de 2/2/99 que nomeou Rafaella Carvalho Vieira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 8 horas;

nomeando Heitor Ribeiro dos Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Eduardo Hermeto

tornando sem efeito o ato publicado no "Diário do Legislativo" de 2/2/99 que nomeou Igor Arnaldo Tameirão de Azevedo para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05 - 4 horas;

nomeando Antônio Luiz Figueiredo de Azevedo para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05 - 4 horas.

#### Gabinete da Deputada Elaine Matozinhos

tornando sem efeito o ato publicado no "Diário do Legislativo" de 2/2/99 que nomeou Magno José Fernandes para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18 - 8 horas;

tornando sem efeito o ato publicado no "Diário do Legislativo", de 2/2/99 que nomeou Raimundo José Lopes para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 8 horas;

nomeando Ismail Rosa da Silva para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18 - 8 horas.

nomeando Rita de Cássia Vilas Boas Ferreira para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira

nomeando Edvane Sena Nunes - Atendente de Gabinete, padrão AL-05 - 8 horas.

tornando sem efeito o ato publicado no "Diário do Legislativo" de 3/2/99 que nomeou Antônio Carlos Alves Brum para o cargo de Motorista, padrão AL-10 - 8 horas;

nomeando Antônio Carlos Soares Lima para o cargo de Motorista, padrão AL-10 - 8 horas.

TERMO DE ADITAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Edna Rodrigues Torres. Objeto: assistência odontológica. Objeto deste aditamento: alteração.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Maxis Consultoria Ltda. Objeto: suporte e manutenção técnica de sistema computadorizado para controle e apuração de registro de frequência. Objeto deste aditamento: 4ª prorrogação e manutenção de preços. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: 16/2/99 a 16/2/2000.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Fax Center Telecomunicações Ltda. Objeto: manutenção e assistência técnica em aparelhos de fac-símile. Objeto deste aditamento: 3ª prorrogação e manutenção de preços. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: 6/2/99 a 6/2/2000.

ERRATAS

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia verificada na edição 2/2/99, na pág. 48, col. 3, onde se lê:

"Eliane Moreira", leia-se:

"Eliane Aparecida Carneiro Moreira".

Na pág. 49, col. 1, onde se lê:

"Isabela Desotti Costa", leia-se:

"Isabela Desotti Costa Vieira".

Na pág. 48, col. 2, onde se lê:

"Maria Aparecida Ferreira", leia-se:

"Marli Aparecida Ferreira".

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia verificada na edição 3/2/99, na pág. 13, col. 3, onde se lê:

"Maria Catarina Lazaroni Siqueira", leia-se:

"Maria Catarina Lazaroni".